

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

2018



ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Enquadramento | 3 |
| Contexto | 4 |
| Grandes Opções do Plano | 5 |
| O Orçamento para 2018..... | 7 |
| Orçamento 2018 | 8 |
| Resumo do Orçamento para 2018 | 9 |
| Orçamento para o ano de 2018 - Receita | 10 |
| Orçamento para o ano de 2018 - Despesa..... | 12 |
| Atividades mais Relevantes do ano de 2018..... | 16 |
| Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2018 | 18 |
| Anexos ao Orçamento 2018..... | 21 |
| Responsabilidades Financeiras Resultantes de Compromissos Plurianuais | 22 |
| Mapa das Entidades Participadas | 23 |
| Normas de Execução Orçamental..... | 24 |



Enquadramento

A CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral é uma entidade intermunicipal nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compreendida na NUT II Alentejo e correspondendo à NUT III Alentejo Litoral.

É constituída pelos Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines, abrangendo um território com uma área de 5.255,8 km² e cerca de 98 mil habitantes.

De assinalar que no contexto das 23 entidades intermunicipais existentes no País, constituídas ao abrigo da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nas quais se incluem 21 Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, apenas quatro são constituídas por seis ou menos Municípios e destas apenas três abrangem um universo populacional de menos de 100 mil habitantes: Alto Tâmega, com seis Municípios e uma população de cerca de 94 mil habitantes; Beira Baixa, com seis Municípios e uma população de cerca de 89 mil habitantes; Alentejo Litoral, com cinco Municípios e uma população aproximada de 98 mil habitantes. A CIM do Cávado tem seis Municípios e uma população de cerca de 410 mil habitantes.

O universo das entidades intermunicipais é muito díspar, existindo Comunidades Intermunicipais que variam dos cinco aos 19 Municípios, com universos populacionais dos 89 mil para cerca de meio milhão de habitantes.

Essa ideia é tanto mais clara olhando para a média da população das Comunidades Intermunicipais, ou seja, não considerando as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, a média populacional das 21 CIM do País é de mais de 260 mil habitantes. No âmbito da NUT II Alentejo, apenas a NUT III Lezírias do Tejo se aproxima da média populacional do universo das CIM, totalizando cerca de 247 mil habitantes nos seus 11 Municípios. Nas restantes NUT III do Alentejo a média do universo populacional das CIM não atinge os 128 mil habitantes.

Este esboço do universo das Entidades Intermunicipais do País revela apenas que cada território tem um enquadramento específico e que quaisquer medidas de política pública a implementar não podem deixar de ter em consideração o contexto territorial a que se destinam.



Contexto

O ano de preparação do presente Orçamento e das respetivas Grandes Opções do Plano para 2018 corresponde ao último ano do atual mandato e, por isso, respeita a ano eleitoral. Conforme o disposto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro o mandato dos órgãos das entidades intermunicipais, nomeadamente do Conselho, da Assembleia e do Secretariado Executivo coincidem com o mandato autárquico.

Sem prejuízo desse facto, o exercício de elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano deve corresponder aos objetivos essenciais da missão da Comunidade Intermunicipal, em especial para o reforço dos mecanismos de articulação e cooperação horizontal entre os Municípios do Alentejo Litoral.

Ademais, não é objetivo do Orçamento, nem é desejável que o seja, restringir-se à manutenção da atividade operacional e corrente dos serviços, o que prejudicaria quer as condições objetivas de prossecução da missão confiada aos órgãos intermunicipais quer o desígnio acima referido de reforçar, em contexto intermunicipal, a ação que cabe aos eleitos dos Municípios associados.

O contexto que rodeia a elaboração deste Orçamento evidencia claros desafios para o Poder Local Democrático. Encontrando-se em curso a discussão em torno da descentralização de competências e de se estar em entrar numa fase decisiva na implementação dos instrumentos de abordagem territorial contratualizados no âmbito do Portugal 2020, para o ano de 2018 antevê-se que, na esfera municipal, se conheçam desenvolvimentos significativos e para os quais a CIM pode ser chamada a contribuir.

Além do mais, do ponto de vista nacional, a economia evidencia sinais claros de recuperação e a definição de políticas públicas pode, nesse facto, conhecer uma janela de oportunidades que venha a convocar os territórios para uma participação mais ativa na sua prossecução.

Do ponto vista macro, as finanças municipais encontram-se em fase de estabilização e a expectativa é, igualmente, a de que se venha a discutir uma nova Lei das Finanças Locais, em condições que permitam o seu cabal cumprimento, devolvendo aos Municípios uma parte da autonomia que lhes tem vindo a ser subtraída.

Naturalmente que, do ponto de vista estritamente intermunicipal, o impacto deste contexto é bastante indireto, o que não invalida contudo que os seus efeitos se venham a repercutir na própria Comunidade.



Grandes Opções do Plano

O ano de 2018 corresponderá a uma alavancagem na execução dos instrumentos de abordagem territorial contratualizados no âmbito do Portugal 2020. No caso da Comunidade Intermunicipal, o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, assinado com as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais do Alentejo, da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos e da Inclusão e Emprego, não será alheio a essa tendência.

Ainda que os anos de 2016 e de 2017 tenham, na prática, correspondido ao arranque efetivo deste quadro de programação, as Prioridades de Investimento que disponibilizaram avisos para a apresentação de candidaturas foram bastante limitadas. Ainda assim, no contexto do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial foi mobilizada aproximadamente 60% das verbas colocadas a concurso. O que é bastante significativo e revela o ímpeto dos Municípios para a retoma do investimento público.

Ademais, nesta fase a pressão exerceu-se mais no sentido de comprometer verbas do que no de apresentar execução – entendida como despesa quitada e validada. Contudo, a partir de 2018, e em virtude de se aproximar o fim da primeira fase contratual do Acordo de Parceria, as Autoridades de Gestão centrar-se-ão na execução. Nesse sentido, a CIMAL concentrará grande parte da sua atividade no exercício das competências que lhe foram delegadas, nomeadamente pela Autoridade de Gestão do Alentejo 2020, enquanto organismo intermédio, garantindo as condições aos Municípios para a prossecução de resultados ao nível do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão. À medida que se acelere a execução a tarefa vai-se tornando mais exigente no contexto da CIMAL, o que provavelmente exigirá um reforço na afetação de recursos de modo a corresponder o melhor possível à complexidade de algumas operações e à eficácia na resposta aos Municípios e à delegante.

Ainda no contexto da criação de condições para o desenvolvimento do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial há que assinalar que a intervenção da CIMAL, em articulação e cooperação com os Municípios, tem passado por um trabalho preliminar e preparatório ao início da execução na esfera municipal. No ano de 2018 antevê-se a necessidade de concentrar uma parte desse esforço em torno da temática da eficiência energética. Ainda que se encontre concluído todo o trabalho de auditoria aos edifícios e equipamentos municipais priorizados pelos Municípios, os quais receberam os respetivos certificados energéticos provisórios, a dotação contratualizada nesta Prioridade de Investimento é bastante significativa – aproximadamente 4,7 milhões de euros de FEDER. E as oportunidades em torno desta matéria são mais abrangentes que a intervenção corretiva. Por isso mesmo, fica orçamentalmente prevista a possibilidade de realização de um estudo mais aprofundado que vise o investimento em matéria de iluminação pública e que possa abrir,



ainda, a discussão em torno da geração de energia a partir de fontes alternativas ou renováveis.

O ano de 2018 trará de novo à discussão a descentralização de competências. A Proposta de Lei 62/XIII que se encontra no Parlamento deverá prosseguir a sua tramitação e é intenção do Governo estabilizar a iniciativa legislativa até ao final de 2017. É provável que as Comunidades Intermunicipais fiquem convocadas a um posicionamento de racional territorial para a articulação de determinadas competências. A CIM tem acompanhado atentamente esta matéria junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses que, até ao momento, apresentou propostas setoriais para alterações da geografia de intervenção ao nível da Proteção Civil, Segurança Contra Incêndios, Policiamento de Proximidade, Cultura, Educação, Saúde, Estacionamento Público, Promoção Turística, Captação de Investimento, Áreas Portuárias, Áreas Protegidas. É um assunto que se acompanhará e para o qual o Conselho Intermunicipal preparará os contributos relevantes que a discussão possa vir a exigir.

Considera-se, ainda, existir uma oportunidade significativa para o robustecimento da ação dos Municípios ao nível da defesa dos consumidores e na informação sobre direitos do consumo. Os dados de que dispõe revelam que a procura dos munícipes sobre os serviços atualmente prestados vem crescendo e que existirá espaço o seu aprofundamento. Nesse sentido, o fortalecimento da área da defesa do consumo pode representar um contributo significativo da CIM para os Municípios, não se excluindo a possibilidade de explorar a sua diversificação e maior efetividade.

O início de um novo mandato impõe, igualmente, uma nova abordagem ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal. A experiência do mandato transato é claramente positiva, tendo o Conselho Estratégico assumido um papel fundamental quer no acompanhamento da definição estratégica para o território, quer no âmbito do enquadramento da efetivação das abordagens territoriais integradas contratualizadas no Portugal 2020. A sua constituição, ampla e diversificada, conferiu ao Conselho Estratégico uma personalidade forte e afirmativa, resultando não apenas numa eficaz mobilização dos agentes e instituições em torno dos assuntos mais determinantes, mas também numa abordagem integrada que, de certa forma, foi inédita. Nesse sentido, na sua futura configuração há que envidar todos os esforços necessários para a continuidade do trabalho deste órgão em harmonia com as melhores virtudes da sua criação. Com efeito, o cumprimento desta premissa passará não tanto pela sua mera existência, mas sobretudo pela dinâmica que se lhe possa imprimir e pelo interesse que desperte nos seus protagonistas.

De um ponto de vista mais interno, a prioridade passará pela valorização do trabalho e dos trabalhadores da CIMAL, objetivo que se traduz na relevante e permanente aposta na qualificação das condições de trabalho. Ao longo do mandato passado foram realizados



investimentos relevantes nesse sentido, tendo-se reservado para o mandato que se inicia um conjunto de obras de melhoria no edifício e que concorrerão para a melhores das condições físicas de trabalho, a substituição de duas viaturas de serviço que acusam já enorme desgaste e a reafirmação dos valores intrínsecos ao serviço público. Do ponto de vista da coordenação dos serviços vem-se prosseguindo uma política de proximidade e abertura, procurando zelar pela defesa dos interesses de todos e pelas expectativas legítimas de cada um. Esse posicionamento manter-se-á enquanto prioridade do mandato que se inicia e sobre a qual o Conselho Intermunicipal manifesta uma opção inequívoca, sendo fundamental para o reforço do compromisso de todos com o serviço público e com a instituição.

O Orçamento para 2018

A CIMAL tem uma estrutura reduzida e em grande medida suportada pelas quotas dos Municípios associados. As transferências expectáveis do Orçamento de Estado representam cerca de 14% das receitas, totalizando 134.693,00 euros (com base no valor previsto no OE para 2018). As quotas dos Municípios, que se manterão inalteradas em 2018, representam cerca de 55% das receitas da Comunidade, totalizando 538.800,00 euros.

Ao nível da despesa o principal contribuidor são as Despesas com Pessoal, que totalizam cerca de 54% das despesas orçamentais.

De referir que quase todas as despesas contraem em 2018. Existe a expectativa de amortizar o valor remanescente do empréstimo herdado aquando da extinção da REGI – Planeamento e Desenvolvimento Regional, EIM e de concluir a transferência da responsabilidade do empréstimo relativo ao Sistema de Transferência e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Alentejo Litoral para a AMAGRA, na sequência de anteriores deliberações relativas à transferência do património, direitos e obrigações inerentes àquele sistema.



ORÇAMENTO

2018

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2018

| Receitas | Montante (€) | | Despesas | Montante (€) | |
|--------------------------|--------------|---------|--------------------------|--------------|---------|
| Correntes | 866 328 | | Correntes | 788 240 | |
| Capital | 107 939 | | Capital | 186 027 | |
| Total: | | 974 267 | Total: | | 974 267 |
| Serviços Municipalizados | | 0 | Serviços Municipalizados | | 0 |
| Total Geral: | | 974 267 | Total Geral: | | 974 267 |

O ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

O ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Receita

| Código | Designação | Montante |
|------------------|---|-----------------|
| Class. Económica | | € |
| 02 | Impostos indirectos | |
| 0202 | Outros | |
| 020206 | Impostos indirectos específicos das autarquias locais | |
| 02020699 | Outros | |
| 0202069999 | Outros | 65 190 |
| | Total do Capítulo Económico 02: | 65 190 |
| 04 | Taxas, multas e outras penalidades | |
| 0401 | Taxas | |
| 040123 | Taxas específicas das autarquias locais | |
| 04012399 | Outras | |
| 0401239999 | Outros | 17 288 |
| 0402 | Multas e outras penalidades | |
| 040201 | Juros de mora | 100 |
| 040204 | Coimas e penalidades por contra-ordenações | 100 |
| | Total do Capítulo Económico 04: | 17 488 |
| 06 | Transferências correntes | |
| 0603 | Administração central | |
| 060301 | Estado | |
| 06030199 | Outras | 134 693 |
| 060306 | Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados | |
| 06030601 | FEDER | 77 806 |
| 0605 | Administração local | |
| 060501 | Continente | |
| 06050101 | Municípios | 569 725 |
| | Total do Capítulo Económico 06: | 782 224 |
| 07 | Venda de bens e serviços correntes | |
| 0702 | Serviços | |
| 070299 | Outros | 1 426 |
| | Total do Capítulo Económico 07: | 1 426 |
| | Total das Receitas Correntes: | 866 328 |
| 09 | Venda de bens de investimento | |
| 0904 | Outros bens de investimento | |
| 090401 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | |
| 09040101 | Equipamento de transporte | 100 |
| | Total do Capítulo Económico 09: | 100 |
| 10 | Transferências de capital | |

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Receita

| Código | Designação | Montante |
|---------------------------------|---------------------|-----------------|
| Class. Económica | | € |
| 1005 | Administração local | |
| 100501 | Continente | |
| 10050101 | Municípios | 107 839 |
| Total do Capítulo Económico 10: | | 107 839 |
| Total das Receitas de Capital: | | 107 939 |
| Total do Orçamento da Receita: | | 974 267 |

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

| Código | Designação | Montante € |
|---------------------------|---|---------------|
| Class. Orgânica/Económica | | |
| 01 | Administração Autárquica | |
| 0101 | Assembleia Intermunicipal | |
| 0101 01 | Despesas com o pessoal | |
| 0101 0102 | Abonos variáveis ou eventuais | |
| 0101 010213 | Outros suplementos e prémios | |
| 0101 01021302 | Outros | 4 327 |
| | Total do Capítulo Económico 01: | 4 327 |
| 0101 02 | Aquisição de bens e serviços | |
| 0101 0202 | Aquisição de serviços | |
| 0101 020213 | Deslocações e estadas | 3 111 |
| | Total do Capítulo Económico 02: | 3 111 |
| | Total das Despesas Correntes: | 7 438 |
| | Total da Divisão Orgânica 0101: | 7 438 |
| 0102 | Conselho Intermunicipal e Secretariado Executivo | |
| 0102 01 | Despesas com o pessoal | |
| 0102 0101 | Remunerações certas e permanentes | |
| 0102 010104 | Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho | |
| 0102 01010401 | Pessoal em Funções | 178 657 |
| 0102 01010404 | Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabal | 28 836 |
| 0102 010106 | Pessoal contratado a termo | |
| 0102 01010601 | Pessoal em Funções | 8 198 |
| 0102 01010604 | Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabal | 16 395 |
| 0102 010107 | Pessoal em regime de tarefa ou avença | 38 802 |
| 0102 010109 | Pessoal em qualquer outra situação | 55 622 |
| 0102 010111 | Representação | 12 362 |
| 0102 010113 | Subsidio de refeição | 18 732 |
| 0102 010114 | Subsídio de férias e de Natal | 47 952 |
| 0102 010115 | Remunerações por doença e maternidade/paternidade | 100 |
| 0102 0102 | Abonos variáveis ou eventuais | |
| 0102 010202 | Horas extraordinárias | 5 587 |
| 0102 010204 | Ajudas de custo | 13 179 |
| 0102 010205 | Abono para falhas | 3 797 |
| 0102 010212 | Indemnizações por cessação de funções | 100 |
| 0102 0103 | Segurança social | |
| 0102 010301 | Encargos com a saúde | 41 |
| 0102 010302 | Outros encargos com a saúde | 7 627 |
| 0102 010305 | Contribuições para a segurança social | |

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

| Código | Designação | Montante € |
|--|---|-----------------------|
| Class. Orgânica/Económica | | |
| 0102 01030501 | Assistência na doença dos funcionários públicos (AD | 45 |
| 0102 01030502 | Segurança social do pessoal em regime de contrato d | |
| 0102 0103050201 | Caixa Geral de Aposentações | 18 969 |
| 0102 0103050202 | Segurança social - Regime geral | 62 078 |
| 0102 010309 | Seguros | |
| 0102 01030901 | Seguros acidentes trabalho doenças profissionais | 5 976 |
| Total do Capítulo Económico 01: | | 523 055 |
| 0102 02 | Aquisição de bens e serviços | |
| 0102 0201 | Aquisição de bens | |
| 0102 020102 | Combustíveis e lubrificantes | |
| 0102 02010201 | Gasolina | 177 |
| 0102 02010202 | Gasóleo | 8 777 |
| 0102 02010299 | Outros | 50 |
| 0102 020107 | Vestuário e artigos pessoais | 418 |
| 0102 020108 | Material de escritório | 2 516 |
| 0102 020114 | Outro material-Peças | 407 |
| 0102 020115 | Prémios, condecorações e ofertas | 500 |
| 0102 020117 | Ferramentas e utensílios | 966 |
| 0102 020118 | Livros e documentação técnica | 96 |
| 0102 020121 | Outros bens | 1 481 |
| 0102 0202 | Aquisição de serviços | |
| 0102 020201 | Encargos das instalações | 15 068 |
| 0102 020202 | Limpeza e higiene | 11 063 |
| 0102 020203 | Conservação de bens | 7 221 |
| 0102 020208 | Locação de outros bens | 4 934 |
| 0102 020209 | Comunicações | 12 988 |
| 0102 020210 | Transportes | 766 |
| 0102 020211 | Representação dos serviços | 2 801 |
| 0102 020212 | Seguros | 1 791 |
| 0102 020213 | Deslocações e estadas | 521 |
| 0102 020215 | Formação | 231 |
| 0102 020216 | Seminários, exposições e similares | 100 |
| 0102 020217 | Publicidade | 937 |
| 0102 020219 | Assistência técnica | 2 970 |
| 0102 020220 | Outros trabalhos especializados | 142 172 |
| 0102 020225 | Outros serviços | 17 939 |
| Total do Capítulo Económico 02: | | 236 890 |

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

| Código | Designação | Montante € |
|---------------------------|--|-----------------------|
| Class. Orgânica/Económica | | |
| 0102 04 | Transferências correntes | |
| 0102 0405 | Administração local | |
| 0102 040501 | Continente | |
| 0102 04050101 | Municípios | 100 |
| 0102 04050104 | Associações de municípios | 6 854 |
| 0102 0407 | Instituições sem fins lucrativos | |
| 0102 040701 | Instituições sem fins lucrativos | 2 000 |
| | Total do Capítulo Económico 04: | 8 954 |
| 0102 06 | Outras despesas correntes | |
| 0102 0602 | Diversas | |
| 0102 060203 | Outras | |
| 0102 06020301 | Outras restituições | 696 |
| 0102 06020302 | IVA pago | 1 426 |
| 0102 06020304 | Serviços bancários | 941 |
| 0102 06020305 | Outras | 1 793 |
| | Total do Capítulo Económico 06: | 4 856 |
| | Total das Despesas Correntes: | 773 755 |
| 0102 07 | Aquisição de bens de capital | |
| 0102 0701 | Investimentos | |
| 0102 070103 | Edifícios | |
| 0102 07010301 | Instalações de serviços | 500 |
| 0102 070106 | Material de transporte | |
| 0102 07010602 | Outro | 41 900 |
| 0102 070107 | Equipamento de informática | 5 000 |
| 0102 070108 | Software informático | 23 452 |
| 0102 070109 | Equipamento administrativo | 1 000 |
| 0102 070110 | Equipamento básico | |
| 0102 07011002 | Outro | 2 345 |
| 0102 070111 | Ferramentas e utensílios | 615 |
| 0102 0703 | Bens de domínio público | |
| 0102 070303 | Outras construções e infraestruturas | |
| 0102 07030313 | Outros | 3 180 |
| | Total do Capítulo Económico 07: | 77 992 |
| 0102 08 | Transferências de capital | |
| 0102 0805 | Administração local | |
| 0102 080501 | Continente | |

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

| Código | Designação | Montante € |
|---------------------------|--|-----------------------|
| Class. Orgânica/Económica | | |
| 0102 08050101 | Municípios | 100 |
| | Total do Capítulo Económico 08: | 100 |
| | Total das Despesas de Capital: | 78 092 |
| | Total da Divisão Orgânica 0102: | 851 847 |
| 0103 | Operações Financeiras | |
| 0103 03 | Juros e outros encargos | |
| 0103 0301 | Juros da dívida pública | |
| 0103 030103 | Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras | |
| 0103 03010302 | Empréstimos de médio e longo prazos | 6 322 |
| 0103 0302 | Outros encargos correntes da dívida pública | |
| 0103 030201 | Despesas diversas | 371 |
| 0103 0305 | Outros juros | |
| 0103 030502 | Outros | |
| 0103 03050202 | Juros de Mora | 100 |
| 0103 0306 | Outros encargos financeiros | |
| 0103 030601 | Outros encargos financeiros | 254 |
| | Total do Capítulo Económico 03: | 7 047 |
| | Total das Despesas Correntes: | 7 047 |
| 0103 10 | Passivos financeiros | |
| 0103 1006 | Empréstimos a médio e longo prazos | |
| 0103 100603 | Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras | 107 935 |
| | Total do Capítulo Económico 10: | 107 935 |
| | Total das Despesas de Capital: | 107 935 |
| | Total da Divisão Orgânica 0103: | 114 982 |
| | Total do Capítulo Orgânico 01: | 974 267 |
| | Total do Orçamento da Despesa: | 974 267 |

O ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

O ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....



ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

DO ANO DE 2018



PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DO ANO DE 2018

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

| Obj. | Prog. | Projeto | | Designação | Código Classificação Orçamental | Forma de Realiz. | Fonte Financiamento (%) | | | Resp. | Datas (Mês/Ano) | | Fases de Exec. | Realizado (a) | Despesas | | | | | | | | Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h) |
|-----------------------------|-------|----------|------|--|---------------------------------|------------------|-------------------------|-----|--|-------|-----------------|---------|----------------|---------------|-------------------|-------------------------|-----------------------------|----------------|----------|----------|------------|---------|--|
| | | Ano / N° | Ação | | | | | | | | | | | | 2018 | | | Anos seguintes | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | Total (b)=(c)+(d) | Financiam. definido (c) | Financiam. não definido (d) | 2019 (e) | 2020 (f) | 2021 (g) | Outros (h) | | |
| 1 Funções Gerais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | 111 | | | Administração Geral | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | 111 | 2016/3 | | Modernização Administrativa da CIMAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | 111 | 2016/3 | 2 | Sistema de Gestão Documental e ERP | 0102 070108 | O | | 100 | | 1 | 01/2016 | 12/2018 | 2 | | 20 000 | 20 000 | | | | | | 20 000 | |
| 1 | 111 | 2017/6 | | Eficiência Energética | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | 111 | 2017/6 | 1 | CIMAL | 0102 07010301 | E | | 100 | | 1 | 01/2017 | 12/2018 | 2 | | 60 500 | 500 | 60 000 | | | | | 60 500 | |
| 1 | 111 | 2018/1 | | Equipamento da CIMAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | 111 | 2018/1 | 1 | Equipamento de Transporte | 0102 07010602 | O | | 100 | | 1 | 01/2018 | 12/2018 | 0 | | 30 000 | 30 000 | | | | | | 30 000 | |
| 1 | 111 | 2018/1 | 2 | Equipamento Informático | 0102 070107 | O | | 100 | | 1 | 01/2018 | 12/2018 | 0 | | 5 000 | 5 000 | | | | | | 5 000 | |
| 1 | 111 | 2018/1 | 3 | Software Específico | 0102 070108 | O | | 100 | | 1 | 01/2018 | 12/2018 | 0 | | 3 452 | 3 452 | | | | | | 3 452 | |
| 1 | 111 | 2018/1 | 4 | Equipamento Administrativo | 0102 070109 | O | | 100 | | 1 | 01/2018 | 12/2018 | 0 | | 1 000 | 1 000 | | | | | | 1 000 | |
| 1 | 111 | 2018/1 | 5 | Equipamento Básico | 0102 07011002 | O | | 100 | | 1 | 01/2018 | 12/2018 | 0 | | 500 | 500 | | | | | | 500 | |
| Totais do Programa 111: | | | | | | | | | | | | | | 0 | 120 452 | 60 452 | 60 000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 120 452 | |
| Totais do Objetivo 1: | | | | | | | | | | | | | | 0 | 120 452 | 60 452 | 60 000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 120 452 | |
| 2 Funções Sociais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | 245 | | | Resíduos Sólidos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | 245 | 2002/9 | | Sistema Municipal de Tratamento de RSU | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | 245 | 2002/9 | 2 | Nós de Ligação ET RSU | 0102 07030313 | E | | 100 | | 1 | 01/2002 | 12/2018 | 4 | 343 780 | 3 180 | 3 180 | | | | | | 346 960 | |
| Totais do Programa 245: | | | | | | | | | | | | | | 343 780 | 3 180 | 3 180 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 346 960 | |
| Totais do Objetivo 2: | | | | | | | | | | | | | | 343 780 | 3 180 | 3 180 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 346 960 | |
| 3 Funções Económicas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 350 | | | Outras Funções Económicas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 350 | 2018/2 | | Equipamento Metrologia | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 350 | 2018/2 | 1 | Equipamento Básico | 0102 07011002 | O | | 100 | | 1 | 01/2018 | 12/2018 | 0 | | 1 845 | 1 845 | | | | | | 1 845 | |
| 3 | 350 | 2018/2 | 2 | Ferramentas e Utensílios | 0102 070111 | O | | 100 | | 1 | 01/2018 | 12/2018 | 0 | | 615 | 615 | | | | | | 615 | |



ANEXOS AO ORÇAMENTO

2018

Responsabilidades Financeiras Resultantes de Compromissos Plurianuais

Mapas das Entidades Participadas

Normas de Execução Orçamental



CIMAL - Anexo ao Orçamento para 2018

Responsabilidades Financeiras Resultantes de Compromissos Plurianuais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - artigo 42.º n.º 3)

| Objeto | Fornecedor | Data Contrato | Prazo de execução (dias) | Fim contrato | Preço Contratual (sem IVA) | Classificação Orçamental | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | seguintes |
|--|---|---------------|--------------------------|--------------|----------------------------|--------------------------|---------------------|--------------------|-------------------|------|------------|
| Prestação de serviços de aluguer de equipamento de reprografia | XETCOPI | 01/09/2017 | 1 095 | 31/08/2020 | 7 986,60 € | 0102 020208 | 3 274,51 € | 3 274,51 € | 1 910,13 € | | |
| Fornecimento de solução global para suporte à atividade da Central de Compras da CIMAL. | Consultraining | 29/03/2017 | 930 | 28/10/2019 | 74 400,00 € | 0102 020220 | 35 424,00 € | 26 568,00 € | | | |
| Prestação de serviços de assessoria na área do ruído. | Alacústica | 10/08/2016 | 517 | 08/01/2018 | 17 000,00 € | 0102 020225 | 1 230,00 € | | | | |
| Aquisição de serviços de limpeza das instalações da CIMAL | Jomarlimpa | 15/02/2017 | 545 | 14/08/2018 | 8 155,00 € | 0102 020202 | 7 080,88 € | | | | |
| Serviços jurídicos conexos com transferência STTRSU | ABBC & Associados | 10/05/2017 | 600 | 31/12/2018 | 17 000,00 € | 0102 020220 | 10 455,00 € | | | | |
| Aquisição de serviços de auditor externo para verificação das contas de 2017 -2018 | Oliveira Reis e Associados, SROC | 12/06/2017 | 730 | 12/06/2019 | 8 000,00 € | 0102 020220 | 4 920,00 € | 2 050,00 € | | | |
| Serviços de inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas e tapetes rolantes. | Bureau Veritas Rinave, Sociedade Unipessoal, Lda. | 20/06/2017 | 365 | 20/06/2018 | 25 000,00 € | 0102 020220 | 8 968,75 € | | | | |
| Contrato de tarefa | Andreia Gil | 17/08/2016 | 517 | 16/01/2018 | 10 200,00 € | 0102 010107 | 600,00 € | | | | |
| Serviços de assessoria na área do PDCT | Ana Rita Etelvino Cuvelier Guerra | 11/11/2016 | 1095 | 11/11/2019 | 52 200,00 € | 0102 010107 | 21 402,00 € | 14 958,17 € | | | |
| Fornecimento de energia eléctrica às instalações da CIMAL | Edp Comercial | 30/08/2017 | 365 | 30/08/2018 | 20 000,00 € | 0102 020201 | 15 068,00 € | | | | |
| Fornecimento de combustíveis rodoviários em posto de abastecimento público, ao abrigo do AQ1/2012 CC-CIMAL | Petróleos de Portugal - Petrolgal | 14/07/2016 | 730 | 14/07/2018 | 30 000,00 € | 0102 02010201 | 177,00 € | | | | |
| | | | | | | 0102 02010202 | 8 777,00 € | | | | |
| Serviços de alojamento de caixas de correio eletrónico e alojamento do site da CIMAL | MEO Serviços de Comunicações e Multimédia, SA | 01/08/2016 | 1 095 | 01/08/2019 | 3 939,12 € | 0102 020209 | 1 615,08 € | 942,13 € | | | |
| Serviço de aluguer de servidor site PROVERE | MEO Serviços de Comunicações e Multimédia, SA | 05/06/2017 | 365 | 05/06/2018 | 1 857,37 € | 0102 020220 | 951,90 € | | | | |
| Serviços de instalação e manutenção de segurança electrónica | PROSEGUR | 30/06/2017 | 1095 | 29/06/2020 | 4 515,00 € | 0102 020220 | 1 180,80 € | 1 180,80 € | 590,40 € | | |
| Serviços de aconselhamento estratégico e consultoria de comunicação | F5C - First Five Consulting, SA | 07/03/2017 | 365 | 07/03/2018 | 15 000,00 € | 0102 020220 | 7 080,88 € | | | | |
| Serviços de controlo de pragas | TRUNOLEN - Serviços de Protecção Ambiental, Lda. | 28/08/2017 | 1095 | 27/08/2020 | 1 140,00 € | 0102 020220 | 467,40 € | 467,40 € | | | |
| Serviços de assistência técnica ao sistema de gestão e controlo de assiduidade | DIMEP, S.A. | 24/08/2017 | 1095 | 23/08/2020 | 510,00 € | 0102 020219 | 209,10 € | 209,10 € | 209,10 € | | |
| TOTAIS | | | | | | | 128 882,30 € | 49 650,11 € | 2 709,63 € | | - € |



CIMAL - Anexo ao Orçamento para 2018
 Mapa das Entidades Participadas (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - artigo 46.º n.º 2 c))

| Entidade | NIF | % de Participação | Valor da Participação |
|---|-----------|-------------------|-----------------------|
| ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A., | 504236091 | 8% | 39 903,83 € |
| ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses | 501627413 | | |
| Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano | 503341479 | | |
| ARECBA - Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo | 504668102 | | |



NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Artigo 1.º - Objeto

O presente normativo contém as disposições aplicáveis à execução do Orçamento da CIMAL para o ano de 2017, as quais são complementares aos diplomas legais que, no seu conjunto, constituem o quadro normativo legal, a saber:

- a) Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais;
- b) Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA, na sua redação atual;
- c) Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho – Normas para aplicação da LCPA, na sua redação atual;
- d) Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP;
- e) Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto – Regime Simplificado do SNC-AP;
- f) Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, com as alterações posteriormente efetuadas, nos pontos que não foram revogados pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Artigo 2.º - Execução orçamental

1. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. A assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

2. Os serviços da CIMAL são responsáveis pela gestão dos meios financeiros afetos às respetivas áreas de atividade e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, em obediência às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo.

3. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a preservar o equilíbrio financeiro, obriga:

- a) ao registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associado e não pagos, cumprindo o disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- b) ao registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos de anos anteriores sem fatura ou documento equivalente associado;
- c) ao registo de todos os compromissos contratualizados para 2018, de acordo com o plano de assunção da despesa e cumprindo o disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

**Artigo 3.º - Modificações aos documentos previsionais**

1. O Conselho Intermunicipal, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais efetuando modificações orçamentais para permitir a utilização das dotações disponíveis.
2. As dotações inscritas no Orçamento, comparticipadas por Fundos Comunitários ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas no valor da contrapartida da CIMAL.

Artigo 4.º - Arrecadação de receita

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.
2. Os montantes creditados em contas bancárias da CIMAL que não seja possível reconhecer até ao final do ano económico é liquidado como receita da CIMAL, mediante autorização do Presidente do Conselho Intermunicipal.
3. A receita cobrada nos termos do número anterior é regularizada desde que os clientes apresentem os respetivos comprovativos de depósito ou transferência bancários.

Artigo 5.º - Realização de despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos nos diplomas legais elencados no artigo 1.º.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b) registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda/requisição ou documento equivalente.
3. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso das atividades relevantes/investimentos, se estiverem inscritas no Orçamento e no PPA/PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e, no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.

**Artigo 6.º - Assunção de compromissos plurianuais**

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 fevereiro, fica autorizada, pela Assembleia Intermunicipal, a assunção por parte da CIMAL de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos, ações ou procedimentos de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e que os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2. O Conselho Intermunicipal poderá delegar no Presidente do Conselho Intermunicipal a assunção de compromissos plurianuais, relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do nº 1, até ao montante permitido por Lei, no âmbito do regime de contratação pública.

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Intermunicipal, deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

Artigo 7.º - Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento as seguintes despesas:

- a) Vencimentos e salários;
- b) Remunerações de contratos de tarefa ou avença;
- c) Encargos de empréstimos;
- d) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes.

2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades no âmbito de Operações de Tesouraria.

Artigo 8.º - Dúvidas sobre a execução do Orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação deste normativo serão resolvidas por despacho do Presidente do Conselho Intermunicipal.